



EDITAL NÚMERO 333/2019

---RUI JOSÉ DA COSTA PEREIRA, NA QUALIDADE DE VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.-----

--- FAZ PÚBLICO QUE, foi celebrado no dia 18 de julho de 2019, o Protocolo número 58/2019, com a Associação Pais em Rede IPSS, que a seguir se reproduz.-----

“Considerando que:-----

- O Município de Sintra e a Associação Pais-Em-Rede celebraram o Protocolo n.º 46/2017, renovado através do Protocolo n.º 33/2019, para o desenvolvimento do Projeto Sintra Inclui na vertente do apoio à integração socioprofissional e na comunidade de pessoas com deficiência ou incapacidade;-----

- Através do referido projeto o Município de Sintra e a Associação Pais em Rede, com o apoio das empresas do Concelho de Sintra, promovem a inclusão socioprofissional das pessoas com deficiência ou incapacidade, na sua esmagadora maioria jovens que concluem a escolaridade obrigatória e para os quais esta é a única oportunidade de adquirirem a sua autonomia e independência;-----

- O Projeto Sintra Inclui tem tido um grande impacto na vida dos seus destinatários e respetivas famílias, estando todas as partes envolvidas fortemente comprometidas com o seu sucesso, procurando criar as necessárias condições para que nenhum candidato ao projeto fique excluído do mesmo;-----

- Para o Projeto Sintra Inclui, na vertente de integração socioprofissional e na comunidade o Município tem vindo a contribuir desde a sua criação em 2016, com o apoio financeiro de 20.000,00€ para encargos com recursos humanos e funcionamento do Projeto, além de assegurar os seguros e as bolsas de formação às pessoas beneficiárias do mesmo;-----

- Atualmente, de acordo com o ultimo relatório Sintra Inclui na vertente Comunidade, estão a ser acompanhados 12 jovens colocados em empresas do Concelho de Sintra, encontrando-se em lista de espera para integrar o projeto

2.



30 jovens que podem ser colocados numa das 143 empresas sinalizadas para colocação em estágio profissional;-----

•Se afigura indispensável e urgente promover o reforço da equipa de profissionais de acompanhamento ao projeto no sentido de reduzir a lista de candidatos em espera e assegurar esta resposta aos mesmos;-----

•A Associação Pais em Rede, instituição sem fins lucrativos, não tem capacidade financeira para por si só, assegurar encargos inerentes à contratação de mais um técnico;-----

Considerando, ainda, que:-----

•Os Municípios dispõem de atribuições no âmbito da educação, dos tempos livres e da ação social, nos termos das alíneas d), f), e h) do n.º 2 do art.º 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

•Compete às Câmaras Municipais deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à realização de eventos de interesse para o município, bem como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o) e u) do art.º 33.º da citada legislação;-----

•A dotação financeira que resulta desta Proposta, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), encontra-se prevista nas Grandes Opções do Plano para 2019, na rubrica 23.8.2019.97.4 – Fundo 18646 – Programa Sintra Inclui – Transferências correntes – ISFL;-----

•Que o encargo para o Município estará condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, não havendo lugar a qualquer indemnização daí decorrente;-----

Entre,-----

O MUNICÍPIO DE SINTRA, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público número 500 051 062,



2

neste acto representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por primeiro outorgante;-----

e-----
A PAIS EM REDE IPSS, pessoa coletiva número 508 625 866, com sede social na Rua Aristides de Sousa Mendes, n.º 11, 5.º Dto 1600-412, Lisboa, neste ato validamente representado por [REDACTED] na qualidade de Presidente da Direção e por [REDACTED] na qualidade de Secretária da Direção, cujas identidades reconheço pela exibição dos respectivos documentos de identificação, com poderes para o ato, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE.-----

É reciprocamente acordada e livremente aceite a adenda ao Protocolo de Colaboração N.º 46/2017, renovado através do Protocolo n.º 26/2018, celebrado entre as partes em 09 de março de 2017 e término a 31 de dezembro de 2017, adiante designada por Adenda, que se rege pela cláusula seguinte:-----

Cláusula Única

(Adenda ao Protocolo de Colaboração N.º 46/2017)

A presente Adenda procede à atribuição de um apoio financeiro adicional de 10.000.00€ (dez mil euros) no ano 2019 a atribuir à Associação Pais em Rede destinado a suportar parte dos encargos com a contratação de mais um técnico para a equipa do Projeto Sintra Inclui – Integração Socioprofissional e na Comunidade de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.-----

---Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e o disposto no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 02 de Junho, o compromisso válido e sequencial é o compromisso único número 7819004890 de 28 de maio de 2019 no valor de € 10.000,00, que se anexa, fazendo parte integrante deste Protocolo.-----



A minuta da presente Adenda foi aprovada por deliberação tomada em reunião do órgão executivo municipal, realizada em 16-05-2019, sob a proposta número 457-EQN/2019.-----

Arquivo:-----

-Comprovativo da situação contributiva se encontrar regularizada perante a Segurança Social – declaração emitida pela segurança social direta a consulta efetuada pelo município a 31-05-2019 e válida por seis meses;-----

-Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo serviço de Finanças de Lisboa-7. a 31-05-2019, com a validade de seis meses.

Sintra, Paços do Concelho, 18 de julho de 2019.”-----

---Este protocolo vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo protocolo.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 02 de agosto de 2019.-----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,